

RELATÓRIO & CONTAS 2020



GOLDEN

Relatório & Contas 2020

Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.

Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto

NIPC/C.R.C. Porto 506 396 878

Capital Social 350.000 Euros



INTRODUÇÃO

Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (“Golden Broker”), as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.



ÍNDICE

- 1 Mensagem CEO
- 2 Estratégia 2020
- 3 Envolvente Macroeconómica
- 4 Governance
- 5 Atividade
- 6 Perspetivas
- 7 Proposta de Aplicação de Resultados
- 8 Considerações Finais

MENSAGEM DO CEO

2020 ficará na história, como um ano nada menos que extraordinário.



António Nunes da Silva

Presidente do Conselho de Administração

Chief Executive Officer

Num ano difícil, quero reforçar o apreço e o orgulho por termos sido capazes de viver e levar a cabo a ambição expressa, há precisamente um ano atrás, com a nossa assinatura: “*Vá mais longe*”.

Na Golden, cada um de nós foi mais longe, reinventando a sua forma de trabalhar, de se manter próximo dos clientes, de equilibrar desafios profissionais e obrigações familiares, de procurar soluções onde muitos apenas viam problemas, numa revolução tecnológica e digital sem precedentes na nossa história.

A absoluta consciência de que a nossa verdadeira vantagem competitiva é a capacidade de perceber os problemas dos clientes, de estar próximos deles e de encontrar soluções para os desafios que têm, fez-nos desenvolver duas novas linhas de negócio, GWM Corporate e GWM Real Estate, e novas soluções de investimento alinhadas com a situação dos mercados financeiros: a estratégia *Investment Trends, Economic Rebound* e o *PPR Alfa Top Gestores* são um excelente exemplo da nossa capacidade de inovar.

Lançámos um ponto de contacto semanal com os nossos clientes, a *Weekly News* que, todos os sábados, divulga a informação da semana, permitindo-lhes, numa rápida leitura, saber o que, de mais importante, aconteceu na economia e nos mercados.

Realizámos Webinars com temáticas pertinentes e demonstrativas da proximidade da Golden com os seus clientes.

Com tudo isto e com uma equipa verdadeiramente envolvida e num ano tão atípico como o de 2020, fomos capazes de crescer a nossa carteira de ativos sob acompanhamento.

Do ponto de vista económico, os resultados obtidos, pela Golden Wealth Management, refletem a volatilidade do primeiro semestre do ano e os seus impactos nas receitas, parcialmente recuperadas no segundo semestre, mas ainda insuficientes, para que os resultados do ano atingissem os valores esperados.

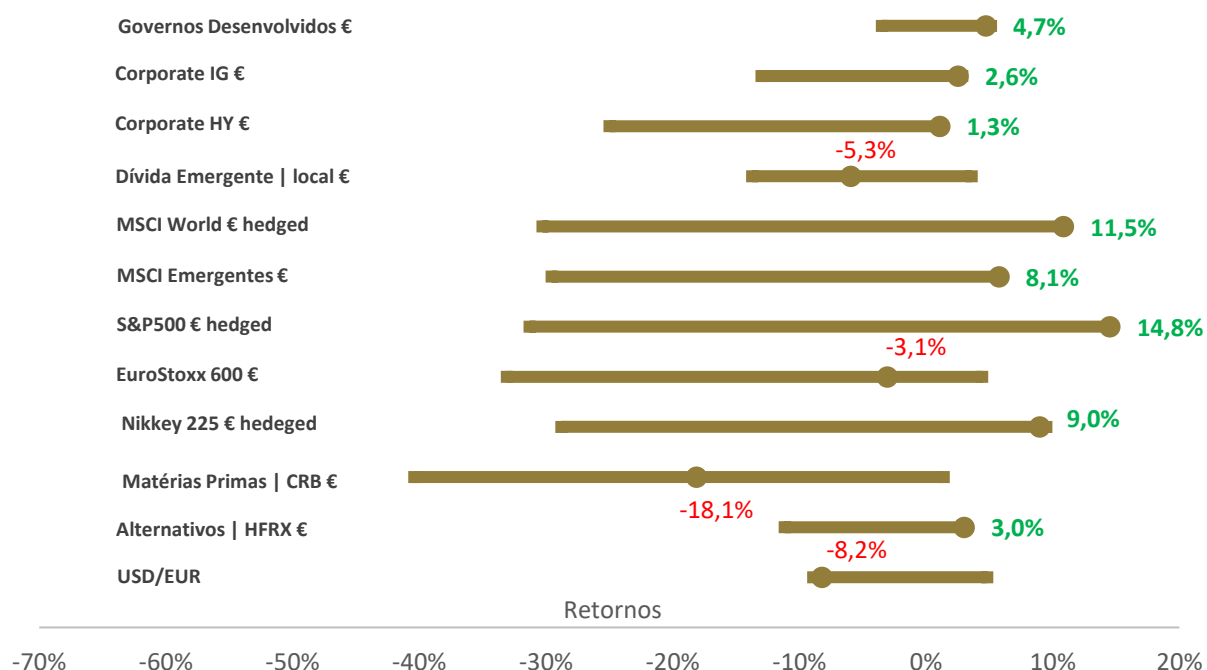
De 2020 fica também uma palavra de sentido reconhecimento aos nossos clientes, pela confiança demonstrada num ano tão desafiante, mas que serviu para reforçar a relação que fomos capazes de criar e manter com a convicção de que *“Juntos vamos mais longe.”*

ESTRATÉGIA 2020

Rentabilidades Consistentes

Apesar de duro, imprevisível e volátil, 2020 terminou o ano com as principais classes de ativos a ficarem muito perto dos máximos do ano.

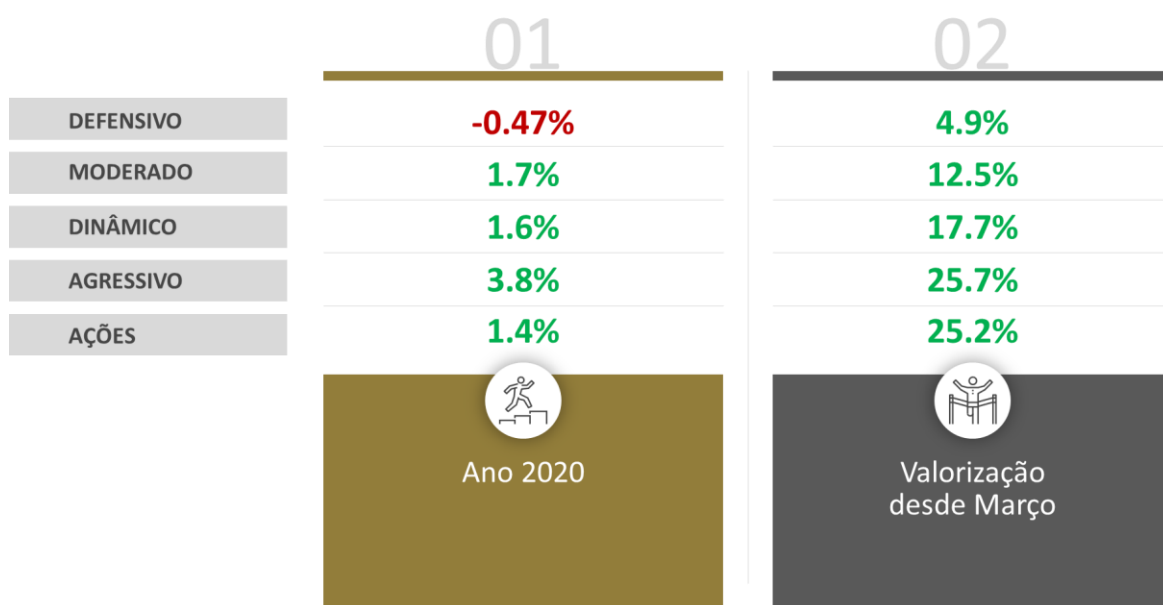
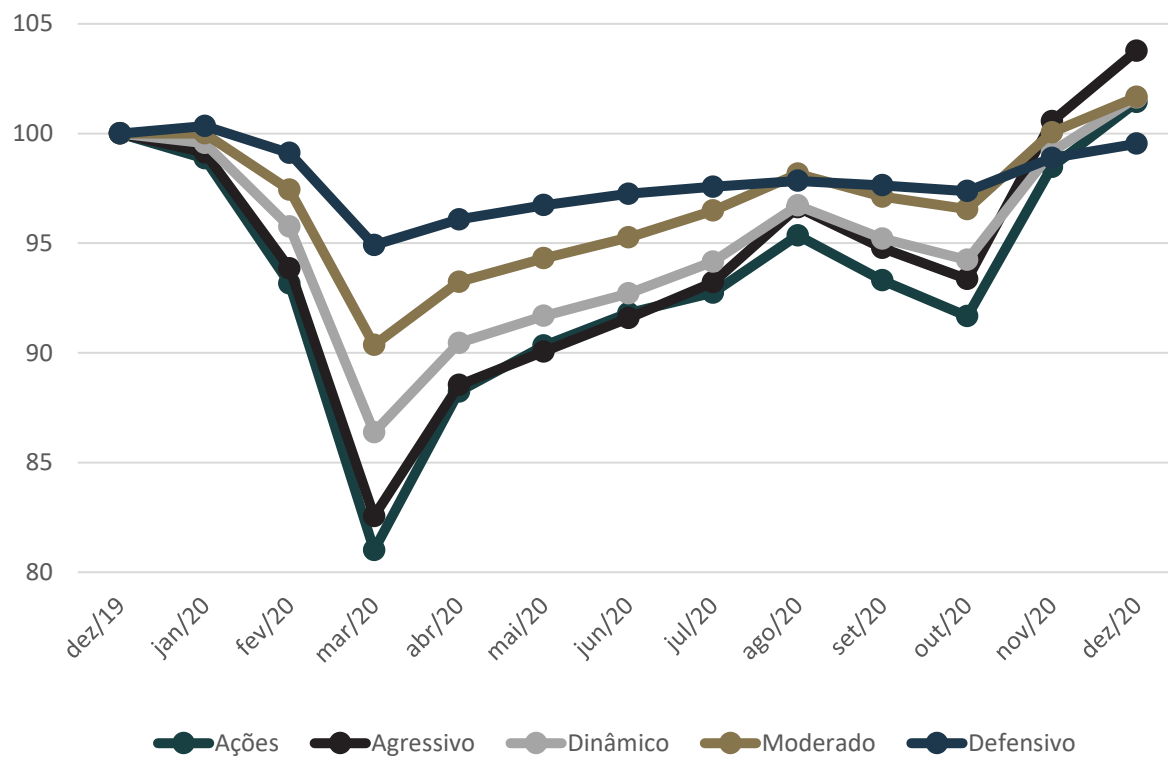
EVOLUÇÃO CLASSE DE ATIVOS 2020



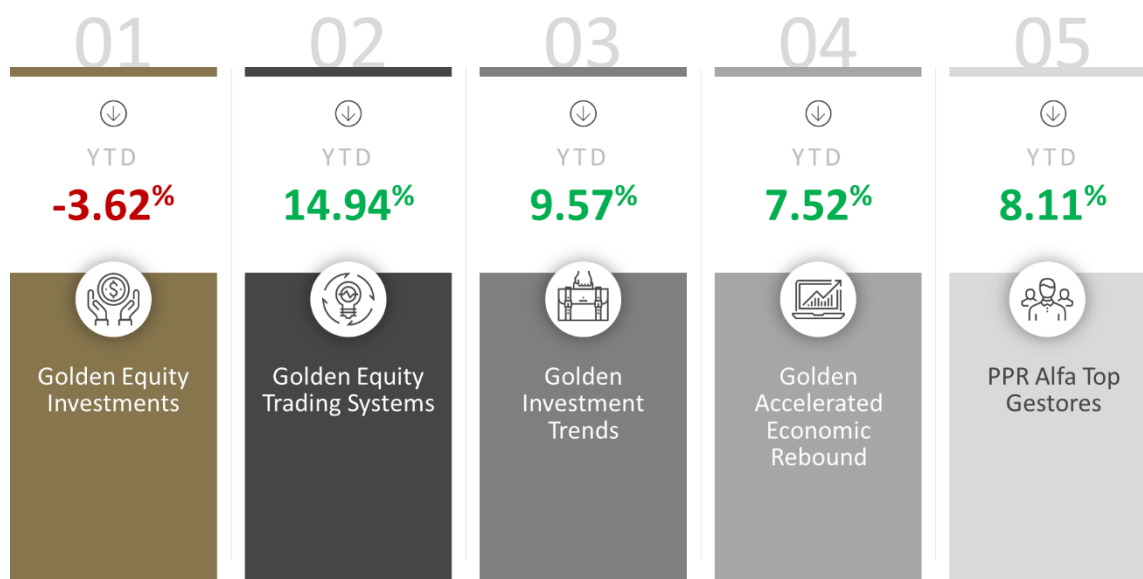
Com tudo isto, estamos em grande expectativa que 2021 seja um ano de voltar à realidade, um ano de recuperação económica, para continuar o bom desempenho para os mercados financeiros.

A Golden acredita que o mercado continuará a dar razão à importância da gestão ativa, da diversificação e da visão e perspetiva de longo prazo:

RENTABILIDADES PERFIS GOLDEN



Os resultados consistentes foram observados tanto ao nível dos perfis como das estratégias Golden, com destaque para as mais recentes GIT, GAER e PPR Alfa Top Gestores:



As nossas Pessoas



66

A Golden Wealth Management neste momento conta com **66 colaboradores.**

92%

92% dos nossos profissionais são qualificados ao nível do ensino superior.



35%

35% da equipa Golden Wealth Management é feminina

68%

Os colaboradores da Golden têm uma jovem média de idades, sendo que 68% deles ainda não tem 40 anos.

**70%**

A Golden Wealth Management tem o privilégio de contar com cerca de 70% dos colaboradores há mais de 5 anos.

A nossa Vantagem Competitiva



EXPERIÊNCIA

Desde 2000 que a GWM está focada na procura das melhores soluções para a gestão do património dos seus clientes, mantendo a independência, visão de longo prazo e ausência de conflitos de interesses como principais princípios da sua atuação.

COMPETÊNCIAS

A dimensão da equipa técnica e de research, a antiguidade no setor e a diversidade de experiência profissional da equipa são fatores diferenciadores que permitem que a Golden seja hoje uma das maiores e mais reconhecida empresa a fazer Financial Advising em Portugal.



ECOSSISTEMA

A GWM estabeleceu uma rede de parceiros nacionais e internacionais que permite a prestação dos serviços de uma forma inovadora. Procuramos o alinhamento de interesse, ao nível dos asset managers, custodiantes, instituições financeiras, mas também em parceiros de outras áreas que sejam referências na sua área de atuação.



CRESCIMENTO

A GWM tem know-how e histórico bem-sucedidos no crescimento da sua atividade core, com especial ênfase para o verificado através de uma singular cultura de parceria com Financial Advisors experientes e carteiras fidelizadas, baseada num total alinhamento de interesses.

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

Macroeconomia



Sérgio Silva

Administrador

Chief Investment Officer

O anúncio da chegada de um novo e altamente contagioso coronavírus rapidamente colocou em causa todas as previsões e ditou uma mudança de 180º graus nas perspetivas económicas.

No arranque de 2020, todas as estimativas de crescimento para os principais blocos económicos mundiais eram relativamente robustas, o que era justificável pela evolução positiva dos principais indicadores de atividade nos últimos meses de 2019. Previa-se um crescimento próximo de 2,0% nos EUA, dos 1% na Zona Euro e ligeiramente abaixo dos 6% na China, o que resultaria num crescimento económico a nível global de cerca de 3.3%. Contudo, o anúncio da chegada de um novo e altamente contagioso coronavírus rapidamente colocou em causa todas as previsões e ditou uma mudança de 180º graus nas perspetivas económicas, financeiras, políticas e até sociais para o ano de 2020!

Este novo coronavírus, cujos primeiros casos foram diagnosticados na China, obrigou o governo chinês a implementar rapidamente o isolamento total de várias cidades, entre as quais a cidade de Wuhan, a capital e maior

cidade da província de Hubei com mais de 10 milhões de habitantes. Todavia, a rápida propagação do vírus levou o número de infetados a atingir os milhares de casos e várias centenas de mortes em escassas semanas por toda a China.

A situação agravou-se, sendo que em fevereiro o vírus já tinha extravasado fronteiras atingindo outras geografias asiáticas e a Europa através da Itália! Rapidamente a propagação descontrolou-se levando muitos países europeus a imporem confinamentos e, portanto, a encerrar a atividade económica. Seguiram-se semanas de isolamento, com várias medidas de restrição social impostas nas principais economias ocidentais. Este cenário tornou uma recessão global inevitável. De acordo com os dados avançados pelo World Economic Outlook, a contração terá se fixado nos -3.5%, -3.4% e -7.2%, a nível global, nos EUA e na Zona Euro respetivamente. Estes valores tornam 2020 o pior ano, em termos de evolução do desempenho económico, desde a 2ª guerra mundial!

WORLD ECONOMIC OUTLOOK PROJECTIONS

	Year over Year				Difference from	
	2019	Estimate	Projections		October 2020 WEO Projections 1/	
		2020	2021	2022	2021	2022
World Output	2,8	-3,5	5,5	4,2	0,3	0,0
Advanced Economies	1,6	-4,9	4,3	3,1	0,4	0,2
United States	2,2	-3,4	5,1	2,5	2,0	-0,4
Euro Area	1,3	-7,2	4,2	3,6	-1,0	0,5
Germany	0,6	-5,4	3,5	3,1	-0,7	0,0
France	1,5	-9,0	5,5	4,1	-0,5	1,2
Italy	0,3	-9,2	3,0	3,6	-2,2	1,0
Spain	2,0	-11,1	5,9	4,7	-1,3	0,2
Japan	0,3	-5,1	3,1	2,4	0,8	0,7
United Kingdom	1,4	-10,0	4,5	5,0	-1,4	1,8
Canada	1,9	-5,5	3,6	4,1	-1,6	0,7
Other Advanced Economies 3/	1,8	-2,5	3,6	3,1	0,0	0,0
Emerging Market and Developing Economies	3,6	-2,4	6,3	5,0	0,3	-0,1
Emerging and Developing Asia	5,4	-1,1	8,3	5,9	0,3	-0,4
China	6,0	2,3	8,1	5,6	-0,1	-0,2
India 4/	4,2	-8,0	11,5	6,8	2,7	-1,2
ASEAN-5 5/	4,9	-3,7	5,2	6,0	-1,0	0,3

Fonte: Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook Update, janeiro 2021

OECD ECONOMIC OUTLOOK PROJECTIONS

Real GDP growth

%, year-on-year, colours indicate the direction of revisions since the December 2020 Economic Outlook

	2020	2021	2022		2020	2021	2022
World	-3,4	5,6	4,0	G20	-3,2	6,2	4,1
Australia	-2,5	4,5	3,1	Argentina	-10,5	4,6	2,1
Canada	-5,4	4,7	4,0	Brazil	-4,4	3,7	2,7
Euro area	-6,8	3,9	3,8	China	2,3	7,8	4,9
Germany	-5,3	3,0	3,7	India*	-7,4	12,6	5,4
France	-8,2	5,9	3,8	Indonesia	-2,1	4,9	5,4
Italy	-8,9	4,1	4,0	Mexico	-8,5	4,5	3,0
Spain	-11,0	5,7	4,8	Russia	-3,6	2,7	2,6
Japan	-4,8	2,7	1,8	Saudi Arabia	-4,0	2,6	3,9
Korea	-1,0	3,3	3,1	South Africa	-7,2	3,0	2,0
United Kingdom	-9,9	5,1	4,7	Turkey	1,8	5,9	3,0
United States	-3,5	6,5	4,0				

	downward revision, by 0.3pp or more
	no change or smaller than 0.3pp
	upward revision, by 0.3pp or more

Fonte: OECD (2021), OECD Interim Economic Outlook, March 2021, OECD Publishing

Bancos Centrais

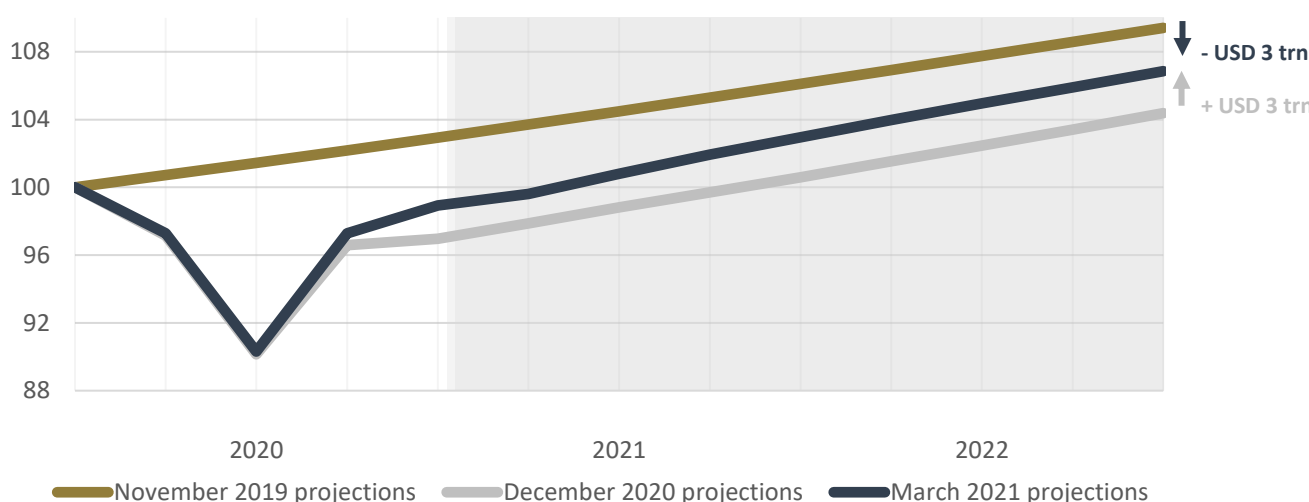
O contexto económico extremamente negativo forçou a uma intervenção massiva dos principais bancos centrais ao longo de 2020. Para fazer face aos riscos resultantes da pandemia que poderiam ocorrer no mecanismo de transmissão da política monetária e nas perspetivas económicas da zona euro, o Banco Central Europeu, mantendo as taxas de juro em níveis negativos, implementou um novo de compra de títulos de dívida, o Programa de Compras de Emergência Pandémica (*Pandemic Emergency Purchase Programme* - PEPP). Este programa começou com um “envelope” financeiro de 750 mil milhões de euros, mas este valor teve de ser incrementado ao longo do ano e a sua extensão temporal teve de ser igualmente dilatada, terminando nos 1 850 mil milhões de euros de compromisso de compras até março de 2022. O BCE manteve também (e em alguns casos flexibilizou a sua composição) todos os restantes programas de compras de ativos que já se encontravam em vigor com o objetivo de fazer face à crise económica e promover a liquidez e estabilidade nos mercados.

A Reserva Federal Norte-Americana também respondeu de forma veemente aos impactos da pandemia.

A FED para além de implementar vários programas de ajuda ao sistema financeiro, facilitando liquidez e as condições de crédito, cortou várias vezes a sua taxa de juro de referência, que passou do intervalo de 1.25% - 1.00% no início de março (e com a perspectiva de subida ao longo de 2020) para o intervalo atual de 0% - 0.25%!

Todos os bancos centrais das principais economias mundiais com destaque para o Banco Central de Inglaterra (BoE), Banco do Japão (BoJ), o Banco Central do Canadá, o Norges Bank (Noruega) e o Reserve Bank of Australia, acompanharam este movimento de implementação de políticas monetárias ultra expansionistas e implementaram planos de compras de títulos (programas de “*quantitative easing*”) e outras medidas de apoio aos seus respetivos sistemas financeiros. A ação dos bancos centrais foi decisiva na mitigação da crise em 2020, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação que se espera acelerará na 2ª metade de 2021.

GLOBAL ECONOMIC PROSPECTS HAVE IMPROVED



Fonte: OECD (2021), OECD Interim Economic Outlook, March 2021, OECD Publishing

A pandemia Covid-19 afetou também de forma profunda a atividade económica em Portugal. As medidas de isolamento social implementadas determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano de 2020. Com a atividade económica condicionada, a recessão foi especialmente gravosa, tendo o nosso PIB registado uma contração de -8.1%. Foram implementadas várias medidas extraordinárias de apoio à economia e ao emprego, como o regime simplificado do lay-off ou a concessão de moratórios de crédito. Contudo, esta crise acabou por expor de forma clara os desequilíbrios da nossa economia e a nossa excessiva dependência ao setor do turismo, um dos mais afetados pela pandemia, impactando igualmente o mercado de trabalho. A taxa de desemprego fixou-se nos 7.2%, e ao contrário do que é expectável em várias economias, e em especial na Zona Euro, o desemprego deverá continuar a crescer em 2021. Assim, a recessão que a economia portuguesa atravessou em 2020 foi a pior desde 1936 (e muito pior do que a crise de 1975 ou de 2012), quando Portugal foi duramente impactado pela Guerra Civil espanhola e consequente derrocada da economia do nosso principal parceiro económico.

PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL: 2020-23

	Peso 2019	BE DEZEMBRO 2020					BE OUT 2020	BE JUNHO 2020		
		2019	2020	2021	2022	2023	2020	2020	2021	2022
Produto Interno Bruto	100	2,2	-8,1	3,9	4,5	2,4	-8,1	-9,5	5,2	3,8
Consumo privado	63,9	2,4	-6,8	3,9	3,3	1,9	-6,2	-8,9	7,7	3,0
Consumo público	16,9	0,7	0,4	4,9	0,4	0,7	1,2	0,6	0,7	0,8
Formação bruta de capital fixo	18,2	5,4	-2,8	4,4	5,2	2,0	-4,7	-11,1	5,0	4,5
Procura interna	99,8	2,7	-5,6	3,9	3,1	1,8	-5,0	-8,2	6,0	2,9
Exportações	43,5	3,5	-20,1	9,2	12,9	6,7	-19,5	-25,3	11,5	11,2
Importações	43,3	4,7	-14,4	8,8	9,1	5,1	-12,4	-22,4	13,5	8,5
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em pp)										
Procura interna		1,5	-2,6	2,6	1,5	0,8	-2,6	-3,2	3,3	1,4
Exportações de bens		0,2	-0,7	1,5	0,4	0,3	-0,9	-0,9	0,9	0,4
Exportações de serviços		0,5	-4,8	-0,2	2,6	1,3	-4,6	-5,3	1,0	2,0
Emprego (número de indivíduos)		0,8	-2,3	0,0	1,3	0,9	-2,8	-4,5	2,0	1,5
Emprego (horas trabalhadas)		1,2	-10,8	7,3	2,9	0,9	-10,8	-7,6	5,4	1,5
Taxa de desemprego		6,5	7,2	8,8	8,1	7,4	7,5	10,1	8,9	7,6
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,9	-0,6	0,5	2,3	2,7	-0,6	0,3	0,3	0,3
Balança de bens e serviços (% PIB)		0,4	-1,6	-1,9	-0,5	0,1	-1,9	-0,5	-1,3	-0,5
Índice harmonizado de preços no consumidor		0,3	-0,2	0,3	0,9	1,1	0,0	0,1	0,8	1,1
Bens energéticos		-1,7	-5,3	-2,0	0,9	0,5	-4,9	-5,7	1,4	2,4
Excluindo bens energéticos		0,5	0,3	0,6	0,9	1,1	0,4	0,7	0,8	1,0

Fonte: Banco de Portugal (2020), Boletim Económico dezembro 2020

Evolução dos Mercados Financeiros em 2020

Em relação aos mercados, podemos caracterizar o ano de 2020 numa frase como “um ano de extremos”. Neste contexto o sentimento de pânico apoderou-se dos investidores nas últimas sessões de fevereiro e nas primeiras semanas de março e a volatilidade nas bolsas atingiu níveis inauditos. O mês de março foi o mais volátil de sempre na bolsa de Nova Iorque com o SP&500 a registar uma variação média diária de 4.8%, e com variações intra sessão de dois dígitos (amplitudes superiores a 10% entre mínimo e máximo da sessão) em várias sessões! Não foi só a volatilidade a assumir níveis extremos, a velocidade da queda do mercado também constituiu um marco histórico com SP&500 a corrigir cerca de 35% em pouco mais de 20 sessões de bolsa e tivemos também a pior semana para os mercados financeiros desde a semana do crash da Black Monday de 1987. Mas, se a queda teve uma violência inédita, igualmente ímpar, do ponto vista histórico, foi a recuperação! Impulsionados pela atuação concertada das autoridades monetárias e políticas (com estímulos fiscais) os principais índices mundiais (os índices norte-americanos) registaram a recuperação mais rápida da história: foram apenas necessário cerca de 100 dias de bolsa para o S&P500 eliminar totalmente as perdas de fevereiro/março! No entanto, nem todas as geografias tiveram a mesma evolução 2020. O ano fica também marcado por uma forte dispersão do ponto de vista do desempenho dos principais índices de referência dos grandes blocos económicos, com a Europa claramente a ficar para trás e um claro avanço dos índices norte-americanos e asiáticos. Essa dispersão foi ainda mais acentuada ao nível setorial com a tecnologia a liderar os ganhos e o setor da energia e a liderar as perdas. Estabeleceu-se também um novo marco histórico na diferença de desempenho num ano entre o melhor e pior setor do SP&500. Em resumo, apesar de todos estes extremos e contrariedades, o ano de 2020 acabou, surpreendentemente, por ser positivo (embora com ganhos relativamente modestos) para a generalidade dos investidores que se mantiveram fiéis às suas convicções e posicionamento.

O avanço nas campanhas de vacinação e a enorme dimensão programas de estímulos que se encontram em marcha neste arranque de 2021 deixa-nos a expectativa de que 2021 será um ano de forte recuperação económica e que “em breve” será possível o regresso à “normalidade” a todos os níveis, a que abre perspetivas para o continuar do bom desempenho das bolsas, principalmente alicerçado nas empresas dos setores mais

RENTABILIDADES 2020

Classe de Ativos	Sub-Classe	EUR	Moeda local
Obrigações	Euro Treasury	4,72%	4,72%
	Euro Corporate	2,60%	2,60%
	Euro HY	1,29%	1,29%
	EM Local	-5,34%	-5,34%
Ações	MSCI World	11,49% (*)	15,78%
	MSCI EM	8,16%	18,14%
	S&P 500	14,81% (*)	18,37%
	EuroStoxx 600	-3,06%	-3,06%
	Nikkei 225	8,97% (*)	18,28%
Commodities	Commodities CRB	-18,12%	-10,64%
Alternativos	Hedge Funds	3,00%	6,81%
USD/EUR	USD/EUR €	-8,22%	
(*) € Hedged			



João Correia de Matos

Administrador

Chief Legal Officer

Nesta matéria, a pandemia fez com que cenários de evolução futura nos contactos pessoais e de trabalho por influência da crescente digitalização das relações sociais, tivessem sofrido uma antecipação de vários anos.

Golden, a adaptação foi muito rápida, generalizando-se a toda a organização o teletrabalho num período de 15 dias durante o mês de março de 2020. Por sua vez, na vertente comercial foi possível, a partir de abril, completar o processo de abertura de novos clientes mediante o recurso à gravação de videoconferência, sendo que estas alterações foram possíveis pela verificação prévia do Compliance que se mostravam asseguradas as exigências de autenticidade, inviolabilidade e arquivo dessas gravações.

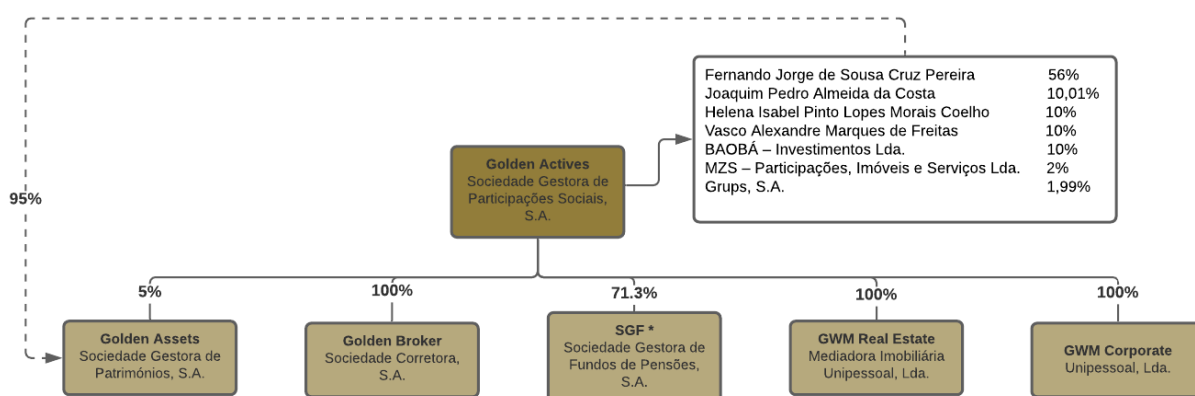
O ano de 2020 levou a um esforço de adaptação da função de Compliance a uma nova realidade, desde logo porque o contacto presencial com os novos e atuais clientes se tornou a exceção em vez de ser a regra. O distanciamento social foi acompanhado pelas alterações legislativas implementadas pelo Governo, bem como pelas orientações e regras emitidas pelas entidades reguladoras, nomeadamente a nível da comprovação e validade dos documentos e meios de identificação. Por sua vez, o teletrabalho tornou-se uma realidade para uma percentagem significativa de empresas graças ao desenvolvimento e disponibilidade da videoconferência e das ferramentas digitais colaborativas. Nesta matéria, a pandemia fez com que cenários de evolução futura nos contactos pessoais e de trabalho por influência da crescente digitalização das relações sociais, tivessem sofrido uma antecipação de dez ou mais anos. Provavelmente nunca terá havido,

nas décadas mais recentes, uma mudança tão súbita como esta. No que concerne a atividade da

1. Estrutura da organização, composição acionista, direito de voto, transmissão de ações e regulação

No setor financeiro, o grupo Golden é composto pelas 4 empresas, Golden Actives – SGPS, S.A. (“Golden Actives”), Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (“Golden Broker”), Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (“Golden Assets”) e SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“SGF”). A Golden Actives detém 100% do capital social da Golden Broker, 5% do capital social da Golden Assets (sendo que os restantes 95% do capital social da Golden Assets são detidos diretamente pelos acionistas da Golden Actives) e 71,30% do capital social da SGF.

No quadro seguinte detalha-se a composição acionista da Golden:



Enquanto a Golden Actives funciona como holding e entidade consolidante, todas as atividades operacionais são realizadas pela Golden Assets, respetivamente consultoria e gestão de carteiras, pela Golden Broker, respetivamente consultoria, gestão de carteiras, registo e depósito de valores mobiliários, receção, transmissão e execução de ordens por conta de terceiros, e pela SGF, respetivamente gestão de fundos de pensões. A seguir, detalha-se a estrutura orgânica da Golden Actives, Golden Assets e da Golden Broker, sendo que para o detalhe da SGF deverá ser consultado o respetivo Relatório & Contas.

Quer a Golden Assets, quer a Golden Actives, cada uma tem o capital social no valor de 500.000 euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 100.000 ações nominativas tituladas ou escriturais, tendo cada ação o valor nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação. A Golden Broker tem o capital social no valor de 350.000 euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 70.000 ações nominativas escriturais ou tituladas, tendo cada ação o valor nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação.

Não existem limites estatutários ao exercício de voto, sendo que, para a Golden Assets, a cada 100 ações é atribuído um voto e o titular deverá ter as ações averbadas em seu nome. Igualmente não existem acordos parassociais que limitem o exercício de voto. No caso da Golden Broker e Golden Actives, a cada mil euros é atribuído um voto.

Quanto à transmissibilidade das ações, existe um direito de preferência estatutário pelos acionistas na situação de transmissão entre vivos, exceto se o transmitente ou transmissário for a própria sociedade. Este direito de preferência cessará se e quando a sociedade tiver o capital aberto a investimento público.

Não existem acordos parassociais que limitem a transmissibilidade de ações.

Para efeitos do regime legal aplicável, a Golden Assets e a Golden Broker são consideradas sociedades financeiras e empresas de investimento, estando autorizadas, registadas e supervisionadas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”). A Golden Actives está igualmente sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

De acordo com a lei, a Golden Assets e a Golden Broker fazem parte do Sistema de Indemnização aos Investidores.

2. Órgãos Sociais e Comissões/Comités

A Golden Actives, a Golden Assets e a Golden Broker têm como órgãos sociais estatutários a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (no caso da Golden Actives, Fiscal Único). O mandato dos órgãos sociais é de 3 anos e simultâneo.

2.1. Assembleia Geral

As Assembleias Gerais quanto à sua convocação e funcionamento regem-se pelo disposto nas regras gerais de direito aplicáveis às sociedades anónimas, existindo uma Mesa da Assembleia Geral composta por um Presidente e por um Secretário. O exercício do direito de voto foi mencionado anteriormente. Quanto às deliberações acionistas que só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, na Golden Assets está estatutariamente previsto que a dissolução da sociedade necessita do voto de acionistas que representem mais de dois terços do capital social (na Golden Broker e na Golden Actives não existe este limite estatutário).

Nos termos da lei geral, a Assembleia Geral é dirigida pela Mesa da Assembleia Geral, sendo esta composta pelo Presidente (Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha) e pelo Secretário (Dr. Vasco Alexandre Marques de Freitas).

2.2. Conselho de Administração

Para o Conselho de Administração, as três sociedades adotaram uma estrutura de governo de natureza monista, em que o órgão de administração é exclusivamente o Conselho de Administração e que é composto por um Presidente e por vários vogais (um a seis, no caso da Golden Assets e da Golden Actives, ou pelo menos dois no caso da Golden Broker). Os membros do Conselho de Administração são eleitos e substituídos pela Assembleia Geral, de acordo com as normas gerais do Código das Sociedades Comerciais, e com observância do regime especial previsto no RGICSF (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) que impõe, nomeadamente, a aprovação prévia dos membros pelo Banco de Portugal. Dando cumprimento aos deveres impostos pelo RGICSF, existe uma Comissão de Seleção, Avaliação e Remuneração (CSAR) para os membros dos órgãos sociais, abrangendo os membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração (Presidente e dois vogais, idênticos para as três sociedades), são os que a seguir se identificam, assinalando o respetivo percurso profissional:

António Nunes da Silva

Presidente do Conselho de Administração

Desde 2017

Administrador não executivo da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.

Desde 2016

Presidente do Conselho de Administração das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2004-2013 –Barclays Bank

2013 Head of Distribution Portugal, Espanha, França, Itália e Emirados Árabes Unidos European Retail and Business Bank (EMERBB) | Membro da Comissão Executiva Ibérica

2012 Chief Sales Officer Iberia (Espanha e Portugal) | Membro da Comissão Executiva Ibérica

2010-2012 Chief Marketing & Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

2004-2010 Chief Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

2001-2004 – Banco Comercial Português

Diretor

1991-2001 – Banco Pinto & Sottomayor

1995-2001 Diretor Comercial e Diretor Regional

1991-1995 Diretor de Agência

Sérgio Silva

Administrador

Desde 2000

Chief Investment Officer da Golden Assets e, desde 2013, Administrador das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2007

Professor Auxiliar Convidado no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), onde leciona a disciplina de “Produtos e Mercados de Dívida” do curso de Mestrado em Finanças e a disciplina “Derivados de Taxa de Juro” do curso pós-graduação em Análise Financeira do IDEFE.

2006

Bolseiro FCT

2000-2006

Professor Auxiliar Convidado, na Universidade Portucalense – Infante D. Henrique (Departamento de Economia), nas disciplinas de “Mercados Financeiros” (desde 1997), “Econometria” (desde 1999); “Instrumentos Financeiros Derivados” e “Finanças Internacionais” (desde 2004).

2001-2006

Professor Adjunto convidado no Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG), na disciplina de “Mercados Financeiros” da licenciatura de gestão, e do módulo “Avaliação de Instrumentos Financeiros” da Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças

João Correia de Matos

Administrador

Desde 2003

Chief Legal Officer e Administrador das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2012-2013

Administrador no Conselho de Administração da PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.

2005-2013

Administrador no Conselho de Administração da InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A

2003-2005

Vogal da Direção da Opex – Sociedade Gestora de Mercado de Valores Mobiliários, S.A

1998-2002

Presidente e depois Vice-Presidente do Conselho de Administração da Interbolsa - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A:

Auditor e depois Vice-Presidente da European Central Securities Depositories Association (2000 a 2002)

1995-1998

Vogal do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)

1988-1995

Jurista e a partir de final de 1990 Diretor de Operações da Bolsa de Valores do Porto (BVP)

2.3. Conselho Fiscal

Em substituição do anterior modelo de Fiscal Único, a sociedade passou a ter um Conselho Fiscal que iniciou as suas funções em finais de julho de 2019, após os respetivos membros terem obtido a devida autorização pelo Banco de Portugal. O Conselho Fiscal tem um mandato de duração idêntico ao dos restantes órgãos sociais, e os seus membros (Presidente, dois vogais, idênticos e um Suplente), são os que a seguir se identificam, assinalando o respetivo percurso profissional:

Presidente do Conselho Fiscal: Pedro Pimentel

1997

Doutoramento em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

1987

Mestrado em Engenharia Estrutural, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

1983

Licenciatura em Engenharia Aeronáutica, pela Escola Técnica Superior de Ingenieros Aeronáuticos da Universidade Politécnica de Madrid

Desde 2003

Membro da Direção da AESE e CFO, responsável pelas atividades da AESE no Porto e pela relação com a ASM (Angola School of Management – Angola)

De dezembro de 2015 a fevereiro de 2019

Administrador Independente do BCG; Presidente da Comissão de Risco do Banco.

De julho de 2013 a agosto de 2016

Vogal, não executivo, do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA; Membro da Comissão de Risco.

De 1997 a 2002

Diretor Geral da PRIME – Consultores de Empresas

Cargos Académicos:

Diretor do Programa PADE da AESE (1997-2002)

Membro do Comité para MBA Executivo do EFMD (European Foundation for Management Development).

Assistente da Área de Produção e Sistemas da Unidade de Engenharia da Universidade do Minho (1987-1989)

Assistente Estagiário da Faculdade de Engenharia, Departamento de Engenharia Mecânica, da Universidade do Porto (1983-1987)

Vogal do Conselho Fiscal: André Miranda2003

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Frequência com aproveitamento da parte curricular do 2.º Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Direito — Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2007-2008).

2005

Inscrito na Ordem dos Advogados

Desde 2018

Sócio fundador da Pinto Ribeiro, Miranda, André, Antunes & Associados – Sociedade de Advogados SPRL, da qual é atualmente sócio administrador.

De 2011 a 2018

Entre 2011 e 2013, exerceu advocacia em prática individual até fundar, no final de 2013, a André, Miranda e Associados, da qual foi sócio administrador.

De 2010 a 2011

Diretor na Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, com responsabilidade pela direção e coordenação do Planeamento Legislativo do Ministério da Justiça e das Estatísticas da Justiça.

De 2005 a 2010

Chefe do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares do XVIII Governo Constitucional e adjunto e Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XVII Governo Constitucional

Outros cargos

É membro da International Bar Association (IBA).

É árbitro no Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD).

Vogal do Conselho Fiscal: Helena Coelho

Licenciatura em Economia pela Universidade Portucalense no Porto;

Pós Graduação em Gestão de Risco e Derivados pela Católica Porto Business School

Frequência do Mestrado em Finanças pela Católica Porto Business School

Desde 2014

Administradora da sociedade GLD PARTNERS - SGPS, S.A.

Em 2013

Administradora da sociedade Vintageburgo - Representação Comercial, Lda.

Desde 2012 a 2013

Vogal do conselho de Administração da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

Desde 2006 a 2013

Vogal do conselho de Administração da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.

Suplente do Conselho Fiscal: Paulo Magalhães e Silva

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Portucalense Infante D.

Henrique

Desde 1990

Inscrito na Ordem dos Advogados

Desde 2002

Advogado da sociedade de advogados Magalhães e Silva, Velloso Ferreira, Brochado e Associados desde a constituição em 2002, de que foi fundador e é sócio administrador.

2.4. Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é a PKF & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por José de Sousa Santos, tendo como suplente Tiago Licínio da Costa Romeiro da Rocha.

2.5. Comissões / Comités

As Comissões/Comités existentes resultam de deliberação aprovada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

a. Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações

Na Golden Assets e na Golden Broker, existe a Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações (“CSAR”), a qual faz parte do documento “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais” aprovada pelas respetivas Assembleias Gerais em março de 2016. Os membros dos órgãos sociais abrangidos pela CSAR são os Administradores e Fiscal Único, bem como, para os titulares de funções essenciais, o responsável do Compliance e do controlo de risco. A CSAR é composta por 3 membros, respetivamente o Presidente, Pedro Quintela (independente), e dois vogais, Fernando Pereira e Alfredo Pinto Menezes (ambos acionistas) e o seu modo de funcionamento está descrito no documento anteriormente mencionado, sendo as reuniões formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Este documento é divulgado em cada Relatório de Gestão anual, podendo ser consultado diretamente através do site na internet de cada empresa.

A CSAR tem as seguintes competências:

a) Proceder à seleção e avaliação previstas na “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais”;

- b) Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do documento anterior;
- c) Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da empresa;
- d) Auxiliar o Conselho de Administração no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da empresa.

b. Comité de Investimentos

Na Golden Assets e na Golden Broker existe o Comité de Investimentos, que é um órgão interno criado por deliberação do Conselho de Administração. As competências, modo de funcionamento e composição estão definidos em documento próprio denominado “Termos de Referência”. O Comité de Investimentos, num total de 11 elementos, é presidido pelo Administrador com a supervisão dos Investimentos (CIO – *Chief Investment Officer*) e é composto por mais 8 membros da Golden, sendo um o Administrador com a supervisão do Compliance e por 7 responsáveis das várias áreas da empresa; além destes e com o objetivo de dotar o Comité com a melhor informação disponível, o Comité de Investimentos conta ainda com 2 membros externos especialistas em forex e commodities. O Comité de Investimentos reúne ordinariamente todas as semanas, podendo haver reuniões extraordinárias se as circunstâncias assim o determinarem. Todas as reuniões são formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Em 2020, o acompanhamento dos mercados em resultado da pandemia originou um acréscimo substancial da atividade do Comité de Investimentos, tendo este realizado 105 reuniões, das quais 48 ocorreram fora do calendário normal.

O Comité de Investimentos tem as seguintes competências:

- a) Analisar e discutir os dados macroeconómicos;
- b) Analisar e discutir a evolução dos mercados;
- c) Decidir a alocação de ativos (asset allocation), de acordo com as subclasses consideradas na definição dos respetivos benchmarks;
- d) Validação da materialização do asset allocation nas carteiras-tipo por perfil de risco;
- e) Comparação do asset allocation com um grupo alargado de empresas de investimento de referência, nacionais e internacionais;
- f) Apreciar e decidir novas ideias de investimento;

- g) Acompanhar as ideias de investimento em curso;
- h) Analisar e decidir novas estratégias de investimento no âmbito da gestão de carteiras;
- i) Analisar as rentabilidades mensais das carteiras-tipo por perfil de risco, incluindo a comparação com os respetivos benchmark e concorrência;
- j) Analisar as rentabilidades mensais das estratégias de investimento sob gestão, por perfil de risco, incluindo a comparação com os respetivos benchmark e concorrência;
- l) Definição dos temas a abordar no âmbito da atividade de aconselhamento financeiro;
- m) Apreciar outros assuntos que sejam propostos pelo Conselho de Administração.

3. Compliance, Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo

As matérias relativas ao Compliance e à Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo são de importância fundamental, em especial para as entidades que atuam no setor financeiro. Neste âmbito, a Golden Assets e a Golden Broker cumprem com os seguintes procedimentos:

- a) Existe um Regulamento Interno, aplicável a todos os membros dos órgãos sociais e colaboradores, que define nomeadamente regras de conduta, diligência profissional, confidencialidade, prevenção de conflitos de interesse, prevenção de operações de branqueamento de capital, organização interna (abrangendo a indicação de Responsável pelo Sistema de Controlo de Cumprimento (Compliance), e a criação de um Sistema de Controlo Interno) e o tratamento das reclamações de clientes.
- b) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um Relatório de Controlo Interno, onde nomeadamente se descreve a estratégia de negócios prosseguida, a organização interna com indicação das áreas funcionais, unidades de estrutura relevantes e respetivos responsáveis, medidas tomadas para corrigir ou prevenir eventuais deficiências detetadas, bem como a gestão de risco implementada inerente às atividades de gestão de carteiras.
- c) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um relatório específico sobre o sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.
- d) É elaborado anualmente e enviado as entidades reguladoras, um questionário de autoavaliação em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.

A Golden Broker continua a exibir uma estrutura financeira sólida já que termina o ano de 2020 com um ratio de fundos próprios totais de 19,56%, superior ao mínimo exigido pelo Banco de Portugal.

Nos termos da regulamentação aplicável, à data de 31 de dezembro de 2020 os requisitos de fundos próprios mínimos da Golden Broker eram de 335.142€, sendo que o nível de fundos próprios apurados foi de 819.613€, o que implica um excesso de fundos próprios de 484.470€. Em termos económicos, os proveitos da empresa, fundamentalmente derivados das comissões de corretagem auferidos, não foram suficientes para compensar os custos incorridos, levando a que o exercício apresente um resultado líquido negativo. Esse resultado é explicado fundamentalmente pelo impacto da Covid-19 na desvalorização sofrida pelos mercados financeiros e seu efeito imediato na diminuição das transações realizadas pelos clientes, especialmente sentida na primeira parte do ano. A recuperação sentida nos últimos meses do ano, permite antecipar, como a seguir se expõe, que a sociedade está em condições de melhorar esse resultado em 2021.

PERSPETIVAS

A recuperação dos principais mercados financeiros mundiais nos últimos meses de 2020 permite antecipar que o ano de 2021 será diferente, para melhor, no que concerne o aumento de transações pelos clientes. Por outro lado, verifica-se que a preocupação da Golden Wealth Management em comunicar, atempada e continuamente, com os seus clientes sobre a evolução da situação, tem permitido constatar que esse esforço tem sido bem compreendido, fazendo com que os clientes continuem ativamente a acompanhar e intervir nos mercados. O ano de 2021 aparenta, por isso, vir a ser um ano de aumento dos proveitos que, aliado a uma política de contenção de custos, venha a permitir melhorar o resultado líquido da empresa.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe a transferência do resultado líquido negativo no montante de 101.597 € para resultados transitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram,

Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelo apoio e diligência demonstrados,

A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuíram para o desenvolvimento da atividade,

Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 17 de junho de 2021

O Conselho de Administração

António José Nunes da Silva
Presidente

João Carlos de Magalhães Correia de Matos
Vogal

Sérgio Ferreira da Silva
Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GOLDEN BROKER – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

BALANÇO EM BASE INDIVIDUAL (NIC) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores Expressos em Euros)

	Notas	Ano		Valor líquido 3=1-2	Ano anterior (31-12-2019)		Notas	Ano	Ano anterior (31-12-2019)
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações 1	Provisões, imparidade e amortizações 2						
Ativo						Passivo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		329		329	329	Passivos por impostos correntes	6	2 729	38 016
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	19 455 575		19 455 575	16 074 905	Outros passivos	7	19 975 753	16 823 210
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4	26 438		26 438	26 793	Total de Passivo		19 978 482	16 861 226
Aplicações em instituições de crédito	3	-		-	500 000	Capital			
Outros ativos tangíveis	5	534 816	530 779	4 037	16 977	Capital	9	350 000	350 000
Ativos intangíveis	5	99 198	99 198	-	-	Outros instrumentos de capital	10	50 000	50 000
Outros ativos	7	1 311 744		1 311 744	1 363 459	Outras reservas e resultados transitados	11	521 236	320 538
						Resultado do exercício	11	(101 597)	400 698
Total de Ativo		21 428 098	629 977	20 798 121	17 982 462	Total de Capital		1 019 639	1 121 236
						Total de Passivo + Capital		20 798 121	17 982 462
Rúbricas Extrapatrimoniais								Ano	Ano anterior
Responsabilidade potencial para com o S.I.I.							24	38 827	35 726
Depósito e guarda de valores							24	111 423 169	82 092 933
Valores administrados pela Instituição							24	3 083 806	2 902 051

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN BROKER – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores Expressos em Euros)

	Notas	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	12	7 557	262 694
Juros e encargos similares	12	(14 415)	(13 080)
Margem financeira		(6 858)	249 614
Rendimentos de instrumentos de capital	13	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	14	1 139 062	1 457 550
Encargos com serviços e comissões	15	(343 984)	(301 281)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		(466)	(771)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial		(1 518)	7 988
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração	16	113 201	85 763
Produto bancário		899 437	1 498 862
Custos com o pessoal	17,18	(589 475)	(600 058)
Gastos gerais e administrativos	19	(394 869)	(434 628)
Amortizações do exercício	5	(13 961)	(25 462)
Resultado antes de impostos		(98 868)	438 714
Impostos			
Correntes		(2 729)	(38 016)
Resultado após impostos		(101 597)	400 698
Resultado por ação			
Básico		(1,45)	5,72
Diluído		(1,45)	5,72

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN BROKER – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RENDIMENTOS INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores Expressos em Euros)

	Notas	31-12-2020	Ano anterior (31-12-2019)
Resultado líquido do exercício		(101 597)	400 698
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		0	0
Rendimento integral do exercício		(101 597)	400 698

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN BROKER – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores Expressos em Euros)

	Nota	Capital	Outros instrumentos de capital	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
Saldo em 1 de janeiro de 2019		350 000	50 000	387 221	(66 683)	720 538
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-
Aplicação do resultado do exercício de 2018:						-
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	(66 683)	66 683	-
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019		-	-	-	400 698	400 698
Saldo em 31 de dezembro de 2019		350 000	50 000	320 538	400 698	1 121 236
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-
Aplicação do resultado do exercício de 2019:						-
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	200 698	(200 698)	-
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020		-	-	-	(101 597)	(101 597)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		350 000	50 000	521 236	98 403	1 019 639

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

~

GOLDEN BROKER – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores Expressos em Euros)

	31-12-2020	Ano anterior (31-12-2019)
Atividades Operacionais:		
Juros, comissões e rendimentos recebidos	1 170 791	1 607 382
Juros, comissões e encargos similares pagos	-359 279	-302 140
Pagamentos ao pessoal	-614 146	-624 587
Recebimentos/(pagamentos) de impostos	-49 946	-82 179
Resultados de reavaliação cambial	-1 518	7 988
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	-309 602	-327 386
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	-163 700	279 077
Diminuições/(aumentos) em		
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0
Aplicações em instituições de crédito	500 000	-250 000
Outros ativos	0	0
Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais	500 000	-250 000
Aumentos/(diminuições) em		
Outros passivos	0	0
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	0	0
Fluxo das atividades operacionais (1)	336 300	29 077
Atividades de Investimento:		
Diminuições/(aumentos) de ativos intangíveis	0	0
Diminuições/(aumentos) de outros ativos tangíveis	-1 020	134
Fluxo das atividades de investimento (2)	-1 020	134
Atividades de Financiamento:		
Distribuição de dividendos	0	0
Fluxo das atividades de financiamento (3)	0	0
Aumento/(diminuição) de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	335 280	29 211
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	479 159	449 948
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	814 438	479 159

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**
(Montantes expressos em Euros)

Discriminação Dos Componentes De Caixa E Seus Equivalentes

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2020	2019
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	329	329
Disponibilidades da Sociedade em outras instituições de crédito	814 110	578 830
Caixa e seus equivalentes	814 438	579 159
Disponibilidades de terceiros em outras instituições de crédito	18 641 465	15 496 075
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	-	500 000
Disponibilidades constantes do balanço	18 641 465	15 996 075

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os montantes de 18.641.465 Euros e 15.996.075 Euros, respetivamente, referem-se às “Disponibilidades de terceiros” incluídas na rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras).

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (“Golden Broker” ou “Sociedade”) foi constituída por escritura pública de 4 de abril de 2003. A Sociedade tem por objeto a receção, transmissão e execução de ordens dos investidores para subscrição ou transação de valores mobiliários, a gestão de carteiras de valores mobiliários pertencentes a terceiros, a consultoria para investimento em valores mobiliários, abertura, movimentação, utilização e controlo das contas de depósito de valores mobiliários titulados e de registo de valores mobiliários escriturais, bem como a prestação de serviços relativos aos direitos inerentes aos mesmos valores, a colocação em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários e a prestação de serviços conexos, legalmente consentidos às sociedades financeiras de corretagem. A Sociedade tem a sua sede social na Avenida da Boavista, 2427/29, no Porto.

Nos termos da legislação em vigor, a atividade da Sociedade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Contabilidade (“NIC”), ao abrigo do determinado no Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

Durante o exercício de 2020, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NIC’s, o Conselho de Administração da Sociedade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuado através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

i) Ativos financeiros

i.1) Outros ativos – Contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços (Nota 7).

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

i.2) Ativos financeiros ao Justo Valor através de resultado

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação.

Os financeiros ao Justo Valor através de resultados são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em resultados

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda é reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

ii) Outros passivos – Passivos financeiros

Os passivos financeiros detidos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

b) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

Anos de vida útil

Obras em imóveis arrendados	10
Mobiliário e equipamento	4 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Equipamento de transmissão	3 a 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento de segurança	4
Equipamento de ambiente	5

O património artístico não é objeto de depreciação.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas anuais constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três ou quatro anos (no caso de software associado a equipamento informático o mesmo é amortizado durante a vida útil do equipamento que lhe está associado). As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contratos de locação financeira.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

e) Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados no exercício em que são incorridos.

f) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados e nas carteiras de ativos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2020.

Os proveitos e custos apurados nas diferenças de moeda são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

g) Comissões

Os serviços prestados pela Sociedade são remunerados sob a forma de comissões de gestão, de consultoria e de corretagem registadas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 13).

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte da Sociedade qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

As comissões cobradas pela Sociedade são as seguintes:

- A Sociedade auferir uma comissão de execução (corretagem), calculada e cobrada segundo o preçário definido, por cliente, de acordo com os seguintes critérios:

- Valor da transação intermediada;
- Quantidade da transação intermediada.

- Adicionalmente, a Sociedade auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:

a) componente fixa anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;

b) componente variável (performance) é calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incide sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

h) Rubricas extrapatrimoniais

h.i) Atividade de corretagem

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia, encontram-se registados pelo valor de mercado ou pelo justo valor (Nota 24). A liquidez de terceiros encontra-se revelada nas demonstrações financeiras da Sociedade.

h.ii) Atividade de gestão de património

A atividade de gestão contratada de ativos encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais no que respeita a investimentos em títulos (Nota 24). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras da Sociedade (Nota 2).

Os valores mobiliários sob gestão, encontram-se registados pelo valor de mercado ou pelo justo valor, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respetivas Sociedades Gestoras (Nota 24).

i) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

j) Gestão do risco financeiro

A atividade da Sociedade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Sociedade, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

A Sociedade transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sociedade a flutuações cambiais.

A exposição da Sociedade ao risco de taxa de câmbio advém da faturação efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da faturação) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos e transações em moeda estrangeira não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade de a instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez na Sociedade implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que a Sociedade maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da Sociedade.

k) Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um ativo ou passivo no balanço, e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existiam situações materialmente relevantes geradoras de ativos ou passivos por impostos diferidos.

l) Rédito e especialização de exercícios

O crédito é reconhecido como segue:

- na atividade de corretagem, a Sociedade reconhece o crédito no momento da efetivação das transações intermediadas;
- na atividade de gestão de patrimónios, a Sociedade reconhece o crédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar de o seu cálculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado, sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 7).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração da Sociedade.

m) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Sociedade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da sociedade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da Sociedade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“non adjusting events”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

1.3. ALTERAÇÕES DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício de 2020, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

1.4. INFORMAÇÃO COMPARATIVA

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são comparáveis em todos os aspetos relevantes com os valores do exercício de 2019.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica diz respeito a depósitos à ordem junto de instituições de crédito e tem a seguinte composição:

	2020	2019
Disponibilidades de Terceiros:		
- em instituições de crédito no país	10 913 176	7 531 641
- em instituições de crédito no estrangeiro	7 728 289	7 964 434
Disponibilidades da Sociedade:		
- em instituições de crédito no país	814 110	578 830
- em instituições de crédito no estrangeiro	-	-
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	19 455 575	16 074 905

3. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica era composta pelas seguintes aplicações junto de outras instituições de crédito:

	2020	2019
Aplicações em instituições de crédito no país:		
- Depósitos a prazo	-	500 000

4. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica refere-se a obrigações que podem ser detalhadas como segue:

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2019	Valor de Balanço 31.12.2019	Valor de Balanço 31.12.2018	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT's 2,20% 10 2022	25 000	1,00 €	107,17%	26 793	0	26 966

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2020	Valor de Balanço 31.12.2020	Valor de Balanço 31.12.2019	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT's 2,20% 10 2022	25 000	1,00 €	105,31%	26 438	26 793	26 966

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as Obrigações do Tesouro estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 24).

5. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o movimento nas rubricas “Outros Ativos tangíveis” e “Ativos intangíveis”, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	2020				
	Ativo bruto				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	99 198	0	0	0	99 198
	99 198	0	0	0	99 198
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	294 633	0	0	0	294 633
Mobiliário e material	35 597	0	0	0	35 597
Máquinas e ferramentas	0	0	0	0	0
Equipamento informático	164 628	1 020	0	0	165 649
Equipamento de Transmissão	31 330	0	0	0	31 330
Equipamento de Ambiente	5 549	0	0	0	5 549
Equipamento de segurança	1 865	0	0	0	1 865
Património Artístico	192	0	0	0	192
	533 795	1 020	0	0	534 816
Total	632 993	1 020	0	0	634 013

Rubricas	2020				
	Amortizações e perdas de imparidade				
	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	99 198	-	-	-	99.198
	99 198	-	-	-	99 198
Outros ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	281 952	12 164	-	-	294 115
Mobiliário e material	35 263	427	-	-	35 690
Equipamento informático	161 449	1 370	-	-	162 819
Equipamento de Transmissão	30 741	0	-	-	30 741
Equipamento de Ambiente	5 549	0	-	-	5 549
Equipamento de segurança	1 865	0	-	-	1 865
	516 818	13 961	0	0	530 779
	616 016	23.784	0	0	629 977

6. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Nos exercícios de 2020 e 2019, a Sociedade encontrou-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama e a taxa de imposto agregada foi de 22,50%.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2020 e 2019 pode ser demonstrada como segue:

	2020		2019	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultados antes de impostos		(98 868)		438 714
Imposto apurado com base na taxa nominal		-		28 833
Tributação autónoma		2 729		2 328
Outros (Derrama)		-		6 856
Imposto apurado com base na taxa efetiva		2 729	26,83%	38 016
Do qual:				
Impostos correntes				38 016

A Sociedade encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades dominado pela Golden Actives, SGPS, S.A., registando o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica “Passivos por impostos correntes”.

Nos casos em que as sociedades que integram o RETGS contribuem com prejuízos, é registado, nas contas individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os passivos por impostos correntes são como se segue:

	2020	2019
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Estimativa de imposto a pagar do exercício	2 729	38 016

7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros ativos” pode ser detalhada como segue:

	2020	2019
Devedores diversos:		
Devedores por operações em derivados - conta margem	1 248 034	1 310 794
Rendimentos a receber	8 790	6 083
Despesas com encargos diferidos:		
Seguros	5 132	5 261
Rendas	6 000	6 000
Outros	1 550	1 431
	12 682	12 692
Contas a regularizar	6 318	1 891
Outros devedores	21 183	5 652
Outros ativos - Setor Público Administrativo:		
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	7 882	20 705
FCT - Fundo Compensação do Trabalho	6 855	5 642
	14 737	26 347
	1 311 744	1 363 459

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada como se segue:

	2020	2019
Fornecedores e outros credores:		
Credores por operações em derivados - conta margem	1 252 099	1 310 794
Credores por operações sobre valores mobiliários	18 325 013	15 360 421
Fornecedores	20 554	23 632
Outros credores	238 016	0
	19 835 682	16 694 847
Encargos a pagar:		
Comissões	26 172	8 677
Gastos com pessoal	67 412	66 282
Outros custos administrativos	13 000	24 523
	106 583	99 481
Outras exigibilidades - Setor Público Administrativo:		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares		
Retenção na fonte	38 424	17 759
Contribuições para a Segurança Social	-4 936	11 123
IVA - a pagar	0	0
	33 488	28 881
	19 975 753	16 823 210

As rubricas “Devedores por operações em derivados – Conta margem” e “Credores por operações em derivados – Conta margem” respeitam aos depósitos obrigatórios de margem efetuados pela Sociedade, relativamente a operações sobre derivados ordenadas pelos seus clientes. Adicionalmente, a Sociedade exige dos respetivos clientes a constituição de depósitos de margem obrigatórios de igual montante. Estes montantes não têm maturidade definida.

A rubrica do passivo “Credores por operações sobre valores mobiliários” corresponde aos saldos a pagar pela Sociedade aos seus clientes, relativamente aos fundos que estes colocam na mesma e que ainda não foram utilizados na realização de operações sobre valores mobiliários (altura em que serão convertidos em títulos e registados apenas em rubricas extrapatrimoniais).

8. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital da Sociedade estava representado por 70.000 ações nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado, sendo o único acionista a Golden Actives, S.G.P.S., S.A.

9. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas pelo acionista da Sociedade, no montante de 50.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal.

10. OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PROPRIO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outras reservas e resultados transitados” tem a seguinte composição:

	2020	2019
Reserva legal	204 704	164 634
Resultados transitados	316 532	155 904
	521 236	320 538

A legislação vigente para o setor bancário, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 29 de maio de 2020 aprovou a aplicação do resultado líquido do exercício de 2019 como segue:

Reserva legal	40 070
Distribuição de dividendos	200 000
Resultados transitados	160 628
	400 698

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

11. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2020 e de 2019, o saldo da rubrica “Juros e Rendimentos” advém essencialmente de aplicações realizadas junto de outras instituições financeiras.

	2020	2019
Juros e rendimentos similares	7 557	262 694
Outros juros e encargos similares	(14 415)	(13 080)
Margem Financeira	(6 858)	249 614

12. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Atividades de corretagem:		
Comissões de corretagem	1 042 025	1 349 339
Outras comissões	19 060	13 587
	1 061 085	1 362 927
Atividades de gestão de ativos:		
Comissões de gestão	41 240	46 081
Depósito/Guarda de valores	(1 076)	47 935
Comissões de performance	37 507	608
	77 671	94 623
Comissões de consultoria	1 138 756	1 457 550

13. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Atividade de corretagem e de gestão de ativos	(289 884)	(238 957)
Serviços bancários	(54 100)	(62 324)
	(343 984)	(301 281)

14. RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2020 e 2019, o saldo desta rubrica estava relacionado com ganhos ou perdas líquidas obtidas com a venda e compra de moeda por conta de clientes e por conta própria, em virtude da ocorrência de pagamentos em moeda estrangeira e da existência de saldos de disponibilidades em moeda estrangeira.

15. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
IVA suportado	(40 182)	(46 057)
Imposto de selo	(3 675)	(5 287)
Outros custos	(30 597)	(44 583)
	(74 454)	(95 927)
Outros ganhos e rendimentos	187 655	181 690
Outros resultados de exploração	113 201	85 763

16. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Remunerações dos órgãos de gestão	(186 900)	(187 033)
Remunerações dos colaboradores	(290 321)	(294 698)
Encargos sociais obrigatórios	(110 497)	(109 614)
Outros custos com pessoal	(1 756)	(8 713)
	(589 475)	(600 058)

O quadro de trabalhadores e administradores executivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser resumido como segue:

	2020	2019
Administradores executivos	3	3
Pessoal técnico	9	12
Pessoal administrativo	1	1
	13	16

17. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios de 2020 e 2019, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos ao Conselho de Administração ascenderam a 186.900 e 187.033 Euros (Nota 17).

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser discriminadas como segue:

	2020	2019
António Nunes da Silva	52 500	52 500
João Matos	67 200	67 200
Sérgio Silva	67 200	67 333
	186 900	187 033

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a PKF & Associados, SROC, Lda. e auferiu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, uma remuneração de 8.000 Euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e ao longo dos respetivos exercícios, não existiram adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

18. GASTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Serviços especializados	(256 560)	(279 883)
Rendas e alugueres	(72 070)	(88 000)
Deslocações e estadas	(46 915)	(42 928)
Rendas de locação operacional	-	-
Comunicações	(7 109)	(7 225)
Publicidade	(624)	(1 280)
Outros	(11 590)	(15 312)
	(394 869)	(434 628)

19. ENTIDADES RELACIONADAS

Os principais saldos mantidos com empresas do Grupo Golden Actives, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 eram os seguintes:

	2020		2019	
	Golden Assets	Golden Actives	Golden Assets	Golden Actives
Outros passivos				
Credores por operações sobre valores mobiliários	5 645 764		5 582 772	
Outros passivos subordinados				
Outros instrumentos de capital		50 000		50 000

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as transações realizadas com outras empresas do Grupo Golden Actives e empresas relacionadas detidas por acionistas comuns foram como segue:

	31.12.2020							
	Solid Assets	Golden Assets	SGF	Vintageburgo	Vasco Freitas	Golden Actives	GLD	IMF
Rendas e alugueres	(72 000)							
Custos com cedência de pessoal		(58 853)						
Comissões suportadas				(4 122)	(8 660)			(1 456)
Juros suportados								
Serviços especializados							(54 000)	(4 500)
Comissões recebidas		175 175	102 605					
Rendimentos relativos a cedência de pessoal/Outros		174 324	7 583					
	31.12.2019							
	Solid Assets	Golden Assets	SGF	Vintageburgo	Vasco Freitas	Golden Actives	GLD	IMF
Rendas e alugueres	(86 000)							
Custos com cedência de pessoal		(61 960)						
Comissões suportadas				(14 730)	(11 705)			(1 989)
Juros suportados						(820)		
Serviços especializados							(54 000)	(14 400)
Comissões recebidas		267 527	37 199					
Rendimentos relativos a cedência de pessoal/Outros		171 932	4 081					

20. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2020	2019
- Resultado líquido do exercício	(101 597)	400 698
- Número médio ponderado de ações	70 000	70 000
- Resultado por ação:	(1,45)	5,72

21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 17 de junho de 2021. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

22. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade serão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Golden Actives – S.G.P.S., S.A.

23. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2020	2019
<u>Compromissos perante terceiros:</u>		
- Resp. potencial para com o Sistema de Ind. aos Investidores	38 827	35 726
<u>Responsabilidades por prestação de serviços:</u>		
- Depósito e guarda de valores (Nota 1.2.h.i)	111 423 169	82 092 933
- Valores administrados pela instituição (Nota 1.2.h.ii)	3 083 806	2 902 051
	114 545 803	85 030 710

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Sociedade assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado em 31 de dezembro de 2020, ascende a 26.438 Euros (Nota 4).

A rubrica “Depósito e guarda de valores” reflete o saldo dos títulos em custódia, de clientes, entregues à guarda da Sociedade, os quais são depositados em diversas instituições bancárias.

Os ativos geridos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresentam o seguinte detalhe:

	2020	2019
Ações	671 664	887 775
Outros	2 412 143	1 821 675
	3 083 806	2 709 450

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização são titulares das seguintes ações da sociedade e de sociedades com as quais aquela esteja em relação de domínio ou de grupo e que efetuaram as transações durante o exercício de 2019 que a seguir se discriminam:

Nome	Nome da sociedade em relação de domínio ou de grupo com a Golden Broker	Nº Ações 31/12/2018	Aquisição	Alienação	Nº Ações 31/12/2019	% Participação e direito de voto
Baobá – Investimentos Lda. (sociedade detida em 75% por António José Nunes da Silva)	Golden Actives – SGPS, S.A.	10.000	0	0	10.000	10%

Nota: a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais da Golden Broker foi aprovada em Assembleia Geral de 31 de março de 2016 e objeto de divulgação no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2014, sendo que se mantém em vigor conforme deliberado na Assembleia Geral de 29 de junho de 2020 e a seguir se transcreve.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E DOS TITULARES DE FUNÇÕES ESSENCIAIS DA GOLDEN BROKER

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art. 2.º, da Lei 28/2009, de 19 de junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal 10/2011, de 29 de dezembro, é a seguinte a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (Golden Broker).

A - Geral

A política de remunerações dos órgãos sociais da Golden Broker tem em vista, entre outros objetivos, contribuir para o alinhamento dos interesses dos administradores com funções executivas com os interesses da Sociedade e para o desincentivo da assunção excessiva de riscos.

Este alinhamento assenta, entre outros aspetos:

- no equilíbrio entre as componentes variável e fixa da remuneração dos administradores executivos, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração;
- na relação estabelecida entre o valor da remuneração variável e os resultados da Golden Broker;
- no estabelecimento de limites máximos do valor da remuneração variável dos administradores executivos.

Iguais objetivos presidem à fixação da remuneração dos diretores e demais colaboradores da Golden Broker.

No que diz respeito aos responsáveis pelo *Compliance* e pelo controlo de risco, a sua remuneração tem, no essencial, uma componente fixa, de modo a garantir a necessária independência de atuação, não estando a componente variável dependente dos resultados da Golden Broker.

Por fim, os membros do órgão de fiscalização têm uma remuneração exclusivamente fixa.

O Conselho de Administração da Golden Broker deve atender aos objetivos referidos supra aquando da fixação da política de remuneração dos diretores e demais colaboradores da sociedade.

A política de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único é anualmente aprovada e revista, tendo presentes os objetivos supra e, bem assim, os riscos da atividade e das funções e, ainda, os interesses de longo prazo da sociedade.

B – Política de Remuneração da Golden Broker

A política de remunerações assente no seguinte conjunto de princípios:

- a) Clareza, simplicidade e alinhamento com os interesses e a cultura da Sociedade e do Grupo onde se insere;
- b) Não exposição excessiva a riscos e prevenção de conflitos de interesses;
- c) Adequação à manutenção de um nível crescentemente reforçado de fundos próprios;
- d) Prossecução dos interesses dos clientes;
- e) Competitividade face às práticas de mercado;
- f) Fixação de limites máximos para a componente variável da remuneração pagável em cada exercício;
- g) Fixação da componente variável após um processo de avaliação, com dimensão financeira e não financeira;
- h) Inexistência de acordos tendentes a fixar indemnizações em caso de cessação de funções, aplicando-se o respetivo regime legal.

Tendo presente o acima exposto, a política de remuneração atende a:

Desempenho

As remunerações dos administradores que tenham funções executivas estão diretamente associadas aos níveis de desempenho obtidos:

- pela sociedade;
- pela área de negócio ou de apoio ao negócio à qual a pessoa em causa está associada;
- pelo seu mérito individual.

Competitividade

A Golden Broker procura oferecer aos seus administradores pacotes remuneratórios competitivos, tendo em conta a prática do mercado para uma dada área de especialização, nível de responsabilidade e zona geográfica. Ao adotar esta política, a Golden Broker tem por objetivo dotar a sua estrutura de administração de elementos com capacidade, experiência e *know how* capazes de permitir a adequada prossecução dos objetivos da sociedade.

Estratégia

A remuneração atribuída é ainda influenciada pelas necessidades específicas e prioridades estratégicas da Golden Broker, num dado momento, assim como pela importância e singularidade do contributo da pessoa para a organização.

Equidade

A prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

Alinhamento com os Acionistas

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento tende a privilegiar o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores com funções executivas e, desse modo, a potenciar a adequada prossecução dos interesses da sociedade.

Controlo do Risco

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento visa, igualmente, prevenir práticas de gestão que possam acarretar assunção excessiva de risco para a sociedade e, do mesmo passo, visa potenciar a prossecução dos interesses dos clientes.

C - Componentes da remuneração

De acordo com os princípios gerais que foram acima referidos:

- a) A política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo em que a sociedade se insere, as quais atendem às melhores práticas do Mercado;
- b) No âmbito dos membros do Conselho de Administração é efetuada uma primeira e decisiva distinção entre os membros com funções executivas e, caso existam, não executivas;
- c) Relativamente aos que não exercem funções executivas não há lugar a remuneração;
- d) Os membros do Conselho que exerçam funções executivas estão sujeitos às regras que a seguir se enunciam;
- e) O Presidente e os restantes membros com funções executivas do Conselho são avaliados pela CSAR;
- f) Os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são remunerados em montante fixo, determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão da sociedade e o mercado onde se insere;
- g) A componente variável dos membros executivos da administração tem como limite máximo de 50% do valor anual da remuneração fixa.

Remuneração Fixa:

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa anual dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação do desempenho e as referências do mercado, tendo presentes as dimensões e a natureza da Golden Broker;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores é fixada anualmente pela CSAR ou, não estando esta constituída ou apta a deliberar, pela Assembleia Geral.

Remuneração Variável:

- a) A remuneração comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa, paga no mês de abril do ano subsequente ao da respetiva avaliação;
- b) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos definidos anualmente para toda a estrutura do Grupo onde se integra a sociedade;
- c) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios:
 - i) resultados da sociedade e do Grupo em que se integra; ii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação da sociedade;
- d) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano entre 0% e 50% do valor da Remuneração Fixa anual;
- e) A Remuneração Variável pode traduzir-se em participação nos lucros da sociedade ou no pagamento de prémio de desempenho;
- f) Tendo presente os critérios de cálculo e pagamento (em especial, o limite máximo estabelecido) não se antevê como necessário, de antemão, estabelecer diferimento no pagamento da Remuneração Variável.

Benefícios

Os administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde à semelhança do que sucede com os demais colaboradores da sociedade.

D - Aspetos complementares

Atento o disposto no n.º 5 do art. 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não existem quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

Os montantes pagos aos administradores em 2019, por outras sociedades que estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, totalizaram um valor global de 91.761 euros.

1. A CSAR é composta por 3 membros designados pela Assembleia Geral (um deles exercendo funções de Presidente), podendo ser ou não acionistas, escolhidos tendo em atenção o seu conhecimento especializado na área de intervenção da Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações.
2. Pelo menos, um dos membros da CSAR deverá reunir os requisitos seguintes:
 - 2.1. Não estar associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade;
 - 2.2. Não se encontrar em nenhuma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade.
3. O Presidente poderá convidar uma pessoa terceira para exercer as funções de Secretário da CSAR, a quem competirá a elaboração das atas e arquivo da documentação.
4. Compete à CSAR:
 - 4.1. Proceder à seleção e avaliação previstas no Capítulo I;
 - 4.2. Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do Capítulo II,
 - 4.3. Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da Golden Broker;
 - 4.4. Auxiliar o CA no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da Golden Broker.
5. A CSAR reunirá sempre que for convocada pelo respetivo Presidente ou por dois dos seus membros, e, nomeadamente, sempre que tenha que se pronunciar sobre as questões da sua competência, indicadas no n.º 3 deste Capítulo.
6. As reuniões da CSAR deverão ser convocadas com sete dias de antecedência, com indicação dos assuntos a tratar.
7. Cada membro da CSAR tem direito a um voto, tendo o Presidente voto de qualidade.
8. Das reuniões da CSAR serão elaboradas pelo Presidente ou, se existir, pelo Secretário, atas sucintas contendo as principais questões abordadas e as conclusões retiradas, que serão assinadas pelos membros presentes nas respetivas reuniões.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 20.798 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.019 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 102 milhares de euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Rendimentos de Serviços e Comissões (Notas 1.2.g) e 13 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2020 o valor dos rendimentos por serviços e comissões prestados a clientes, durante o exercício, ascendia 1.139.062 euros.</p> <p>Esses rendimentos advêm essencialmente, da administração de bens de clientes e serviços de consultoria prestados nesse âmbito.</p> <p>O reconhecimento e cálculo desses rendimentos assenta num sistema informático específico.</p> <p>Dada a relevância e modo de determinação desses rendimentos consideramos este processo como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - o recálculo, numa base de amostragem, dos rendimentos reconhecidos relativos a alguns clientes e em determinado período; - a verificação, numa base de amostragem, do recebimento dos rendimentos reconhecidos; e - uma revisão analítica da evolução dos rendimentos e sua correlação com os valores de clientes sob administração.
<p>Salvaguarda dos bens de clientes (Notas 1.2.h) e 24 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2020 os valores de clientes sob administração da Entidade, ascendiam a 114.506.975 euros.</p> <p>Dada a natureza da atividade da Entidade a salvaguarda dos bens de clientes sob sua administração reveste de especial importância e encontra-se sujeita a diversas obrigações legais e contratuais.</p> <p>Dada a sua relevância entendemos ser uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - a conciliação das informações prestadas por as entidades externas e as demonstrações financeiras; e - a conciliação das rubricas de clientes e depósitos à ordem afetos a clientes.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

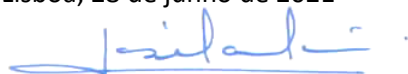
Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 20 de dezembro de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 28 de junho de 2021



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos Senhores Acionistas da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. ,

De acordo com as disposições legais cumpre-nos, na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (de ora em diante designada «Golden Broker»), apresentamos o Relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da Golden Broker reportados ao exercício de 2020.

No presente Relatório e Parecer, o Conselho Fiscal refere os resultados da sua atividade de análise e verificação que efetuou aos documentos de prestação de contas da Golden Broker.

No âmbito das suas funções, com a periodicidade considerada adequada, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da atividade da Golden Broker.

No que concerne o Relatório e Contas de 2020, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração bem como os documentos de prestação de contas, que englobam o Balanço, a Demonstração de resultados, a Demonstração de rendimentos integral, a Demonstração de fluxos de caixa e a Demonstração das alterações de capital próprio e respetivos anexos.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal de Contas emitida pela PKF & Associados, Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, Lda. e obteve desta as informações que considerou necessárias no âmbito da sua atividade de fiscalização.

Da análise efetuada e anteriormente referida, o Conselho Fiscal é de opinião que:

- a) Os documentos de prestação de contas permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Golden Broker;
- b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- c) O Relatório de Gestão apresenta a evolução da atividade empresarial e da situação da Golden Broker, em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis;
- d) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Em resultado do trabalho desempenhado pelo Conselho Fiscal, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Golden Broker aprove:

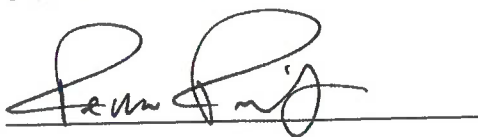
- 1) O Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2020;
- 2) A proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão, conforme a seguir transcrita:

«..., o Conselho de Administração propõe a transferência do resultado líquido negativo no montante de 101.597 € para resultados transitados.»

Finalizando o presente documento, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento pela muito boa colaboração que sempre recebeu do Conselho de Administração e dos responsáveis das várias áreas orgânicas da Golden Broker com quem se relacionou.

Porto, 29 de Junho de 2021

O Conselho Fiscal



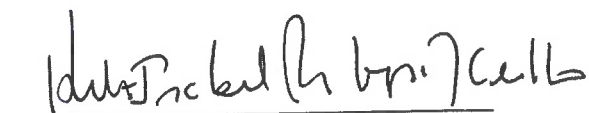
Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

(Presidente)



André Filipe Oliveira de Miranda

(Vogal)



Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho

(Vogal)